



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária



ATA

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº
1.981/2018 – QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO ESTADO PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2019, E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS, DA COMISSÃO DE
ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DA 4^a SESSÃO
LEGISLATIVA DA 18^a LEGISLATURA, DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA
PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 13 DE
NOVEMBRO DE 2018.

Às nove horas e vinte e cinco minutos, do dia treze de novembro do ano de dois mil e dezoito, no “Plenário Deputado José Mariz” da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Edmilson Soares, a Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, atendendo ao Edital de Convocação publicado no Diário do Poder Legislativo nº 7.647 do dia 09 de novembro do ano de 2018, realizou audiência pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 1.981/2018, do Governador do Estado, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro do ano de 2019 e dá outras providências”. A reunião contou com a presença dos membros deputados Edmilson Soares, Frei Anastácio, Jeová Campos e Hervázio Bezerra. Com a palavra, o senhor presidente declarou o início da reunião e convidou para compor a Mesa: senhor Waldson Dias de Souza, secretário do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; o juiz Dr. Marcial Cruz, representando o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba; Dra. Madalena Abrantes, representando a Defensoria Pública do Estado da Paraíba; Dr. Leonardo Coutinho, representando o Ministério Público do Estado da Paraíba; professor Luciano Albino, representando a Universidade Estadual da Paraíba. Em seguida convidou o deputado Frei Anastácio para

Divisão de Assistência às
Comissões Permanentes

Aprovado

(Signature)
Presidente

secretariar os trabalhos. O secretário fez a leitura do Edital de Convocação e informou os prazos de tramitação do projeto da lei orçamentária: dia 19 de novembro de 2018, último dia para apresentação de emendas parlamentares; dia 10 de dezembro de 2018, apresentação do parecer definitivo; dia 11 de dezembro de 2018, publicação do parecer definitivo; dia 12 de dezembro de 2018, inclusão da matéria na "Ordem do Dia". O senhor secretário, deputado Frei Anastácio, promoveu a leitura do Expediente em Mesa, em que constaram os ofícios convidando para esta audiência os representantes do Tribunal de Justiça, Procuradoria do Estado, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública do Estado, Ordem dos Advogados, Universidade Estadual da Paraíba e organizações da sociedade civil. Ato contínuo, o senhor presidente registrou as presenças dos deputados Renato Gadelha e Raniery Paulino. Em seguida, convidou o secretário Waldson Souza para ocupar a tribuna. O secretário do Estado, após os cumprimentos de praxe, apresentou em slides a organização da lei orçamentária para o ano de 2019 e informou que o projeto está disponível no site desta Assembleia Legislativa. Expôs demonstrativo da evolução das leis orçamentárias anuais nos anos de 2017, 2018 e 2019, constatando o aumento da arrecadação em 7,64% (sete vírgula sessenta e quatro por cento). Explicou que o incremento estimado em oitocentos e quarenta e quatro milhões de reais deve-se à expectativa de formalização de convênios e de transferências do SUS, apesar de, em exercícios anteriores, essas fontes não terem sido liberadas integralmente os valores previstos. Apresentou também um comparativo entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor e a Lei Orçamentária Anual (LOA), demonstrando a redução de 8,28% (oito vírgula vinte e oito por cento) do orçamento previsto para a LOA 2019. Disse que a receita total prevista é de aproximadamente treze bilhões e quatrocentos e dezenove milhões de reais e, após as reduções legais, a receita corrente líquida será de aproximadamente nove bilhões e trezentos e cinquenta e quatro milhões de reais. O senhor Waldson de Souza explicou que, em 2018, houve a perda de 3,13% (três vírgula treze por cento) da arrecadação real em relação à projetada, calculada com o índice do IPCA de 4,25% (quatro vírgula vinte e cinco por cento). Apresentou também slide com a evolução de despesas do Estado e ressaltou preocupação com o custeio da folha de pessoal, o qual sofrerá crescimento de 2,35% (dois vírgula trinta e cinco por cento). Disse que a projeção de despesa com pessoal está na ordem de seis bilhões e trezentos e trinta e um milhões de reais. Apresentou a evolução de investimentos na Paraíba nos últimos anos, sendo previsto para 2019 o investimento total de setecentos e noventa e seis milhões de reais. Apontou a destinação de cerca de dois bilhões e trezentos e oito milhões de reais para despesas com a educação, o que representa 25,13% (vinte e cinco vírgula treze por cento) do orçamento, e de um bilhão e cento e sessenta e um milhões de reais para a saúde, o que representa de 12,64% (doze vírgula sessenta e quatro por cento). Comentou que estes valores ainda não contam com as emendas impositivas dos parlamentares. Quanto aos duodécimos dos Poderes para a LOA de 2019, citou o artigo 35 e §4º do Projeto de Lei Orçamentária.

Apresentou demonstrativo da distribuição de recursos para cada Poder, a saber: cerca de quatrocentos e vinte e nove milhões de reais para o Poder Legislativo; oitocentos e oitenta e três milhões de reais para o Poder Judiciário, incluídos os precatórios; duzentos e cinquenta e um milhões de reais para o Ministério Público; setenta e cinco milhões de reais para a Defensoria Pública; cerca de nove bilhões e duzentos e setenta e oito milhões de reais para o Poder Executivo. Disse que todos os Poderes estão com previsão de arrecadação própria a menor. Quanto à despesa com pessoal, citou que o Estado tem 57% (cinquenta e sete por cento) de comprometimento da receita. Defendeu o controle e equilíbrio das folhas de pessoal e mostrou painel com teto do gasto público aferido em âmbito estadual e federal. Por fim, apresentou slide com os desafios para manutenção do equilíbrio fiscal para o ano de 2019. Encerrou o pronunciamento e se colocou à disposição para o debate. Em subsequência, o presidente franqueou a palavra aos membros da Comissão. O deputado Frei Anastácio ocupou a tribuna, cumprimentou a todos e indagou ao secretário Waldson de Souza qual seria a política de valorização do servidor público do Estado e qual será a estratégia do governo para reduzir a pressão referente ao déficit previdenciário. O secretário Waldson Souza respondeu que a arrecadação própria do Estado, conforme apontado pelo deputado, é oriunda da política fiscal implementada nos últimos anos, com aumento da arrecadação de ICMS e de receitas próprias, garantindo maior independência do Estado, em relação aos recursos federais e mais tranquilidade para os investimentos. Sobre a despesa com pessoal, relatou que o orçamento prevê valores mais próximos da realidade, a fim de evitar ou reduzir a necessidade de créditos suplementares. Diante desse cenário, afirmou que é um desafio à política de valorização do servidor, porque haverá aumento de despesa com o pessoal inativo. Considerou que, para as discussões futuras, o Congresso Nacional deverá atribuir ao serviço público estadual a regra da meritocracia e metas bem delineadas para que o servidor ascenda na carreira e na estabilidade. Sobre as despesas previdenciárias, disse que o governo federal deverá aprovar uma reforma da previdência no primeiro mês do ano de 2019 e que há interesse de todas as instituições. Afirmou não haver outra alternativa, visto que o cenário para os próximos dez anos será ainda pior, caso não se coloque freio no crescimento da previdência. Comentou que, atualmente, o governo do Estado tem a obrigação de depositar cerca de cento e vinte milhões de reais para cobrir as despesas previdenciárias. Na sequência, o deputado Raniery Paulino tomou posse da palavra. O parlamentar cumprimentou a todos e ao Movimento das pessoas com autismo. Lamentou a visão do secretário não tão otimista e que espera uma melhora desse cenário pré anunciado. Proferiu que a democracia requer o cumprimento fiel das autoridades autônomas. Declarou que o orçamento democrático necessita de um percentual mínimo para as emendas tiradas das reuniões. Destacou que é meramente consultivo, mas que não há garantia de que ser cumprido o que foi tido como prioridade. Declarou que em relação às emendas parlamentares, deveria ser realizado um diálogo com o governo para que as mesmas fossem pagas. Disse que tal realidade deve ser modificada, e

que o futuro governador parece prestigiar o diálogo entre as entidades. Requisitou o que é possível para que tal pagamento das emendas parlamentares seja feita. Referiu-se aos policiais aprovados no concurso de 2018, e requisitou se ainda há intenção para o chamamento dos mesmos. Relatou ainda, que acredita que os demais parlamentares podem colaborar através das suas emendas com o chamamento desses concursados. Proferiu ainda, que há alguns pleitos em relação à frente parlamentar em defesa de pessoas com autismo e fez um apelo ao secretário para a realização de um censo para identificar quantas pessoas possuem autismo. Requisitou ainda a criação de um curso de capacitação de mediadores. Ressaltou que a frente parlamentar em defesa de pessoas com deficiência é de extrema importância e necessita portanto de uma colaboração. Declarou que se cada parlamentar puder doar uma quantia para essa emenda seria interessante para fortalecer essa frente. Afirmou acreditar na boa vontade do governo para pagar essas emendas parlamentares. Em seguida, o deputado Renato Gadelha subiu à tribuna. O parlamentar proferiu que o Estado de São Paulo publicou recentemente que 16 estados e o Distrito Federal estariam prestes à insolvência econômica. Proferiu que a Paraíba aparece em 12º lugar, e que por mais que a economia esteja em crise, a inflação se encontra controlada e declarou que a economia está se recuperando. Questionou ao secretário Waldson Souza se esta notícia do Estadão é verdadeira ou alarmista. Proferiu que sentiu na fala do secretário a preocupação com o futuro econômico do estado. Requisitou ainda qual seria a política adotada para estabilizar as finanças e para que o Estado cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal. Proferiu que os impostos já aumentaram ao máximo e que esta não seria uma solução. Declarou que o governo tem aumentado salários e que tal situação já não é mais aceitável. Na sequência, o secretário Waldson Souza respondeu aos questionamentos do deputado Raniery Paulino. Esclareceu que o orçamento democrático instituído pelo Governo do Estado, é iniciado a cada ano e é um ciclo que perdura por todo o ano, finalizando com uma plenária a qual irá debater o que é prioridade para aquele exercício. Proferiu que tudo que foi solicitado no orçamento democrático, será tido como prioridade para o ano seguinte, sendo tais reivindicações discutidas com cada secretaria e debatida também com o setor de planejamento, a fim de saber o que é possível ser incluído dentro do orçamento. Proferiu que o chamamento dos policiais está na peça orçamentária e que já está assegurado e informou que a garantia para aumentos dos órgãos não é possível dentro desse exercício, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que reconhece a importância de cada um deles. Declarou que todos os projetos relacionados à causa e à frente parlamentar para pessoas com deficiência, é possível que trabalhem diretamente com o governo a fim de discutir as possibilidades de atuação. Relatou em seguida alguns avanços de projetos dedicados a pessoas com deficiência. Quanto aos questionamentos do deputado Renato Gadelha, disse que o relatório produzido pela STN é técnico no que diz respeito à situação fiscal de cada estado. Destacou que não é uma questão de ser uma inverdade, mas que os estados precisam introduzir uma política fiscal para o

equilíbrio da folha. Informou que o governo federal não partilha em relação às contribuições de Pis, Cofins e CSLL. Relatou que há uma proposta para a criação do Fundo Solidário de Previdência para estados e municípios, que seria a retirada de 17,5% dessa arrecadação da União, para repasse aos poderes estatais e municipais. Proferiu que o único amparo dado hoje pelo governo federal, são para aqueles estados que quebram, e que portanto, é difícil ter um avanço dessa forma. Relatou que tal lógica tem que ser considerada para os próximos 4 anos de mandato. Proferiu que tal política deve ser entendida e haver parceria entre os poderes e órgãos, a fim de manter um equilíbrio na folha. Declarou que portanto, se não houver recursos suficientes, não terá condições de haver tais aumentos. Destacou que o governo está investindo 8% no estado, o qual já é um percentual alto diante do quadro apresentado. Em seguida, o Doutor Maciel Cruz, representando o Tribunal de Justiça da Paraíba proferiu que acredita que em algum momento se faça cumprir o art. 99, §1º da Constituição Federal, o qual diz respeito sobre o respeito da autonomia financeira e administrativa e que o orçamento seja discutido e estipulado entre os poderes. Proferiu que tal lei não é respeitada na Paraíba e que o orçamento é definido pelo Poder Executivo. Relatou que no último ano, só conseguiram obter tal recurso devido a uma ação feita ao Supremo Tribunal Federal. Declarou que resta apenas as emendas parlamentares, as quais são descontadas pelo governo. Registrhou ainda sobre o próximo presidente do Tribunal de Justiça, o qual irá trabalhar com os recursos de 2016, devido à inflação acumulada. Proferiu que outro fator é sobre aquilo que está previsto para o Tribunal de Justiça e que se trata de valor relativo à precaria. Finalizou relatando que houve um aumento de 7,64% no orçamento de 2017 a 2019, e que curiosamente a proposta que o Tribunal de Justiça encaminhou e aprovou foi de 7,5% , abaixo da peça orçamentária. Destacou que em tal estimativa não foi considerado nenhum tipo de recomposição salarial, feita apenas para pagar os devidos gastos. Ato contínuo, o Doutor Leonardo Coutinho, representando o Ministério Público, relatou que tal órgão vem desde 2016 com o orçamento congelado. Proferiu que há a necessidade da contratação de novos servidores e que o Ministério Público tem administrado as contas com grande criatividade. Proferiu que chegou a um ponto de estrangulamento, em que há diversos cargos de promotor vagos. Relatou que tal serviço é de importância para a sociedade e que está necessitando de um incremento orçamentário para continuar a prestação de serviços. Relatou que para o orçamento de 2018, a previsão de receita teve um reajuste de 4,69 %, mas que se refere à Receita ordinária e líquida, que é a importante para o orçamento. Declarou que a receita líquida é crescente ao longo desses 4 anos, mas que não vem sendo passada para o Ministério Público. Proferiu portanto, que prevê a sensibilização do Poder Executivo e do Poder Legislativo, visto que tal órgão tem feito um trabalho com muito zelo, mas que não consegue mais continuar sem tais reivindicações orçamentárias. Declarou que precisam realizar essa recomposição dos cargos. Relatou que há um plano plurianual o qual garante um reajuste médio de 5 % em cada ano, o qual não foi repassado. Proferiu

que há também a emenda de teto dos gastos, em que o orçamento de um ano para o outro deve ser reajustado com o IPCA. Finalizou proferindo que tal repasse é essencial para a continuidade da prestação de serviço por este órgão. Na sequência, a Doutora Madalena Abrantes relatou que a Defensoria Pública tem o orçamento três vezes menor que o estado acusador, e que há 5 anos está com o mesmo orçamento. Proferiu que tal orçamento constava com 5% (cinco por cento) de reajuste obrigatório, mas que esse ano tentou apenas 2,86% (dois vírgula oitenta e seis por cento), mas que não foi possível. Declarou que o orçamento é de 75 milhões, mas que só é passado 71 milhões há 5 anos. Relatou que não estão na Lei de Responsabilidade Fiscal porque a autonomia da Defensoria Pública foi dada em 2004 e que a LRF é de 2000, e portanto, o percentual ainda está dentro dos 49% do Executivo. Declarou, que portanto, o orçamento da Defensoria hoje é de aproximadamente 0,8% dentro desses 49%. Declarou que em 60 anos só houve um concurso público e que há uma defasagem do quadro de defensores públicos. Proferiu que precisa atender essa população e que é obrigação do estado estruturar esse quadro. Declarou que há a necessidade de um diálogo. Pede também aos deputados, para que seja feita uma emenda para uma reforma do Hotel Tropicana, para que seja atendido todos os necessitados desse serviço público. Em seguida, o secretário referiu-se à fala de Doutor Maciel. Proferiu que conhece a necessidade, mas que a fonte de recurso é única. Lembrou que a LDO está aprovada, e que portanto não se pode aumentar o que já está previsto na mesma. Proferiu sobre a fala de Doutor Leonardo e Doutora Madalena. Relatou que necessita de receita para realizar tais reivindicações. Relatou que não há condições de realizar tal repasse porque não há receita. Proferiu que o governo tem a obrigação de ajustar as contas e os poderes realizar seu papel, mas que não há condição de reajuste de folha. Com a palavra, o Doutor Juiz Gilberto Medeiros, representando a Associação dos Magistrados da Paraíba, proferiu que em relação à LDO existem algumas inconstitucionalidades, e que a principal infringe a constituição estadual que é a autonomia financeira e orçamentária do judiciário. Declarou que tal descumprimento é porque a LDO, a qual orienta a LOA, não previu sequer a reposição inflacionária do período. Declarou que o orçamento do Tribunal de Justiça foi congelado, e que a cada ano houve aumento das arrecadações. Proferiu que houve portanto, aumento de inflação, e de arrecadação para este ano. Declarou que existe uma renúncia fiscal de 1 bilhão e 500 milhões de reais, e para os poderes há o congelamento. Requisitou onde está permitindo a autonomia financeira e orçamentária dos demais poderes. Declarou que tal inconstitucionalidade deverá ser corrigida. Declarou que se para as despesas correntes é garantido o IPCA e que se não há aumento para os demais poderes, apenas o executivo está gozando de tal recurso. Com a palavra, logo após, o professor Luciano Albino, representante da UEPB, que pautou a fala dele em três pontos: o enfraquecimento da autonomia da instituição; o não repasse total do orçamento do Governo do Estado para a autarquia estadual e a redução nominal do orçamento da entidade. No uso da palavra, ele citou números, fez comparativos dos retornos do orçamento com os

anos anteriores e indagou o secretário sobre o corte orçamentário da instituição. Em seguida, ele apresentou acórdãos e decisões do TCE/PB e TJ/PB que determinam o repasse de 20 milhões à UEPB, falou do descumprimento dessas decisões por parte do Governo do Estado, lamentou um possível fechamento de Campi, uma redução de vagas de vestibulares e de servidores técnicos administrativos sem virtude do déficit orçamentário e concluiu agradecendo a oportunidade. Logo após, falou Michael Pereira, representante de estudantes da UEPB, que fez críticas à gestão do Governo do Estado, exigiu o respeito à autonomia do orçamento da instituição e cobrou garantia do ensino de qualidade aos estudantes carentes e necessitados. Depois, passou-se a palavra ao Senhor Gustavo Araújo, presidente do sindicato dos técnicos administrativos da UEPB, que parabenizou a fala dos oradores antecessores, indagou até que ponto a UEPB seria “diminuída” em virtude do comportamento do Governo do Estado, ressaltou o crescimento econômico nos municípios que possuem Campus da Universidade e perguntou ao secretário quando o Governo daria abertura para um maior diálogo com a instituição e os representantes desta. Após as falas, em resposta, o secretário reconheceu as necessidades da UEPB, disse que era preciso discutir com mais detalhes alguns casos pontuais, frisou que a pretensão do Governo não foi e nunca seria a redução do repasse do orçamento à entidade, mas ressaltou que a UEPB precisaria sobreviver com o que tinha disponível. Disse ainda que era preciso que a instituição substituisse certos gastos e que não seria possível trabalhar com mais recursos além dos que já existiam. Ele reconheceu ainda a preocupação com relação ao custeio. Em resposta ao Doutor Gilberto, ele discordou do ponto de vista deste, falou que não havia possibilidade de projeção de 100% da peça orçamentária aos poderes, lembrou que as obras do executivo precisariam de custeio, ressaltou que havia por parte do Governo uma tentativa de priorizar o equilíbrio de gastos e que as contas atuais do executivo inviabilizam uma maior partilha do orçamento. Logo após, doutor Gilberto contraditou alguns pontos do secretário apresentando números e expondo o aumento da arrecadação dos tributos do Estado. Com a palavra, depois, falou o deputado Jeová Campos, que ressaltou a necessidade de um equilíbrio da Administração Pública, indagou o secretário sobre a relação entre as fontes de receita, sobre o repasse de tributos da União para os Estados e perguntou quais seriam as expectativas do Governo em relação à arrecadação do ICMS. Depois, o parlamentar lembrou que a Casa sempre aprovou os pedidos de empréstimos, mas não sabia a razão de eles não serem liberados. O deputado ainda mostrou preocupação com o projeto de lei de iniciativa da Procuradoria Geral de Justiça da Paraíba, que trata do fechamento de algumas promotorias, e sugeriu um debate maior acerca do tema. Por fim, agradeceu a oportunidade da fala. Logo após, com a palavra o Procurador de Justiça para esclarecimentos. Ele disse que o Ministério Público adotou tal medida para otimizar os gastos e que o fechamento dessas promotorias foi uma opção encontrada em virtude da insuficiência de repasse do Governo do Estado ao órgãos ministerial, ressaltando, entretanto, que essas unidades continuariam a existir com uma descentralização das atividades. O

Procurador ressaltou ainda que o órgão estava sem orçamento para provimento de promotores, que havia um déficit de 60 cargos vagos de promotores e que, em virtude disso, o Ministério Público estava readequando as forças de trabalhos, com o deslocamento de alguns promotores e que tal decisão teria sido uma medida precisa e necessária sob a ótica de critérios técnicos. Depois, passou-se a palavra ao deputado Bruno Cunha Lima que, após cumprimentos à Mesa, falou que acompanha a luta na defesa da autonomia da Defensoria Pública do Estado, lamentou o enfraquecimento do órgão em virtude da postura adotada pelo Governo do Estado, ressaltou o número de vacâncias de cargos de Defensores, lamentou o salário inicial da carreira no Estado e fez um breve comparativo entre a Defensoria da Paraíba e de outros Estados. Depois ele mencionou o aumento real de tributos estaduais e defendeu a prioridade do repasse orçamentário ao órgão por se tratar de um dispositivo constitucional. Ele ainda mostrou preocupação com aumento do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal, perguntou ao secretário qual seria o impacto disso para o Governo e lamentou a não aprovação de emendas parlamentares de autoria dele. O deputado ainda desejou ao governador eleito uma maior sensibilidade às causas das pessoas com deficiências e pediu para que tais assuntos fossem tratados com prioridade na próxima gestão. Ele ressaltou também os seis anos de congelamento salarial da Defensoria Pública, os quatro anos do Ministério Público e os oito anos da UEPB, frisando que o que se pedia ao Governo era apenas uma reposição inflacionária. Enfim, concluiu a fala fazendo críticas aos aumentos de tributos do Estado, do valor do gás na Paraíba, o maior de todos os Estados do país, e agradeceu a oportunidade da fala. Em seguida, com a palavra, o Secretário, em resposta às perguntas dos deputados Jeová Campos e Bruno Cunha Lima. Na ocasião, ele falou das receitas do ICMS, do repasse, que ultrapassou os 50%, e destacou o cenário de arrecadação. Depois comentou as expectativas para 2019, falou dos empréstimos aprovados pela ALPB e da capacidade de endividamento desses empréstimos. Sobre a pergunta do deputado Bruno Cunha Lima, ele disse que o Estado não poderia e não deveria aceitar o aumento em virtude do efeito cascata, que não há e nem havia orçamento para tal perspectiva e que os poderes e órgãos disporiam dos mesmos números orçamentários. O senhor Altamir Pimentel saudou a todos e mencionou que em outra ocasião já tinha feito um alerta sobre as dificuldades que o repasse do duodécimo iria causar, perguntou ao secretário o motivo de vários poderes receberam suplementação além do duodécimo. Esclareceu que o aumento concedido ao poder judiciário não contempla os servidores de base. Em seguida o senhor Nelson Alves cumprimentou a todos e afirmou que como servidor público não viu proposta de aumento salarial para os servidores públicos, criticou as prioridades do governo que aumentou a verba de áreas como comunicação e proporcionalmente outras áreas como segurança e educação receberam uma menor parcela, mencionou a redução do orçamento da UEPB, falou a respeito do corte no número de vagas na universidade e o cancelamento do contrato de diversos professores e funcionários, criticou o valor no orçamento de 2019 que será menor

que de 2018, disse que espera que o novo governador tenha ~~uma~~ maior sensibilidade com a UEPB, afirmou que as negociações devem ser retomadas e solicitou uma política de reposição salarial para os servidores. Ato contínuo a Senhora Andréia Coutinho realizou os cumprimentos de praxe, mostrou-se solidária a todos os oradores anteriores, afirmou a importância da defensoria em diversas áreas, disse que foi criado na defensoria um observatório que tem recebido diversos relatos de desrespeito aos direitos constitucionais, sugeriu concurso para defensores públicos e reajustes salariais. Dando continuidade o Secretário Waldson Souza respondeu aos questionamentos e disse ao Senhor Altamir que as suplementações ocorrem por fonte de receita e havendo recurso elas são autorizadas, exceto em casos que extrapolam os limites do duodécimo. Em resposta ao senhor Josivaldo afirmou que concorda em sentar e discutir os caminhos que podem ser tomados no ano de 2019, assegurou que não haverá dinheiro além do que já foi destinado por não existir essa verba. Ao Senhor Nelson o secretário falou que sabe da dificuldade que tem sido enfrentada em relação aos servidores e as reposições salariais, disse que deve haver uma adaptação da universidade para lidar com o orçamento recebido. Informou que os demais questionamentos já foram respondidos anteriormente e que o governo busca os caminhos mais saudáveis para lidar com as dificuldades orçamentárias. Em seguida foi concedida uma aparte ao Senhor Josivaldo Cunha que perguntou se seria possível uma reunião com a reitoria e os servidores, juntamente com a equipe de transição do novo governo. O secretário afirmou que de sua parte está a disposição e que tudo será levado ao governador atual e ao eleito e em breve essa reunião ocorrerá. Prosseguindo o Deputado Hervázio Bezerra saudou a todos e mencionou que a sessão foi contemplada com uma discussão política e outra técnica, parabenizou a forma como o Deputado Edmilson Soares conduziu a audiência e disse que o orçamento do estado nos últimos anos recebeu pouquíssimo aumento e que o governo administrou de forma exemplar as contas públicas. Criticou a fala do Deputado Bruno Cunha Lima e se colocou a disposição para discutir com todas as categorias. Ato Contínuo o Deputado Frei Anastácio agradeceu e parabenizou o nível do debate ocorrido, mencionou que já foi agendada uma reunião com o Senhor Nelson Júnior. O Deputado Bruno Cunha se dirigiu ao Deputado Hervázio Bezerra e disse que em nenhum momento colocou a culpa no governo do estado, fez apenas uma pergunta direcionada ao governo e outra à casa, encerrou afirmando que a maldade está nos olhos de quem vê. Em resposta o Deputado Hervázio Bezerra criticou novamente o discurso de Bruno Cunha Lima e disse que se posiciona contra um possível aumento dos deputados. o Senhor Presidente deputado Edmilson Soares deu por encerrada a presente Audiência Pública. Sala das Comissões, João Pessoa, 13 de novembro de 2018.

Deputado Edmilson Soares
Presidente